

A ideologia persistente do desenvolvimento

Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso*

The persistent ideology of development
Interview with Miriam Limoeiro Cardoso

Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher**

A entrevista que ora apresentamos foi realizada com a pesquisadora Miriam Limoeiro Cardoso, uma das mais importantes cientistas sociais de nosso país. Doutora em sociologia, hoje professora (aposentada) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, é autora de inúmeras obras, dentre elas “Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ”, um marco de referência no debate sobre o desenvolvimento como elemento central da ideologia dominante no Brasil dos anos 1950.

Nessa edição da *Em Pauta*, a professora nos brinda, com algumas reflexões enriquecedoras sobre a obra de Florestan Fernandes, fruto de suas investigações voltadas para a reconstrução da história da Sociologia no Brasil, bem como com instigantes reflexões sobre a ideologia do desenvolvimento em diferentes momentos históricos. A entrevista foi elaborada com uma maior concentração das perguntas a fim de buscar aprofundamento sobre o debate.

Com a palavra Miriam Limoeiro.

* Miriam Limoeiro Cardoso é cientista social, doutora em sociologia, professora (aposentada) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, autora da obra: “Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK – JQ”, que é um marco de referência no debate sobre o desenvolvimento como elemento central da ideologia dominante no Brasil dos anos 50. Também é pesquisadora da obra de Florestan Fernandes, voltada para a reconstrução da história da Sociologia no Brasil. *Correspondência*: E-mail: <mlimoeiro@uol.com.br>.

** Entrevista realizada, virtualmente e por escrito, em junho de 2013, pelas Profas. Dras. Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher, ambas integrantes da Equipe Editorial da revista “*Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*” e docentes da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). *Correspondência*: Rua São Francisco Xavier, 524, salas: 8018 e 8029, Bloco E, Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: <silenefreire@gmail.com>; <marielabecher@gmail.com>.

Em Pauta: Seus estudos recentes destacam a formulação do conceito de capitalismo dependente e sua teorização como uma contribuição teórica e metodológica importantíssima de Florestan Fernandes para a teoria do desenvolvimento capitalista. Fale um pouco sobre a relevância deste debate.

Miriam Limoeiro Cardoso: Em meados do século passado a enorme disparidade entre regiões do planeta – algumas muito ricas e a maioria muito pobre – foi prontamente classificada recorrendo inicialmente aos velhos esquemas evolucionistas dos primórdios da Sociologia. A antiga “evolução” aparece então como “desenvolvimento”. As regiões e países pobres seriam atrasados em relação às regiões e países ricos, ditos avançados. Mas pobreza/riqueza e atrasado/avançado eram oposições polares. A ideia de desenvolvimento foi adiante no discurso e transformou essas polaridades em diferenças de grau. A medida passa a ser o desenvolvimento e faz surgir a noção de subdesenvolvido, ou seja, menos desenvolvido do que. Não tarda a surgir uma categoria intermediária, que, aliás, pode ser subdividida à vontade: a categoria “em desenvolvimento”. É uma mudança e tanto na maneira de abordar um mundo com diferenciações tão marcadas. Criaram-se diversas abordagens, apresentadas como “teorias” do desenvolvimento e como “teorias” do subdesenvolvimento.

As chamadas “teorias” da modernização, por seu lado, eram elaboradas em nível bastante alto de abstração e formalismo, colocando a questão da modernização como parte de uma teoria geral da sociedade. Uma de suas suposições centrais é que toda e qualquer sociedade tenderia a modernizar-se, ou seja, seguindo uma direção que seria natural, tenderia a tornar-se moderna. Recorrendo a uma complexa análise sistêmica, em lugar do par em oposição atrasado/avançado ou subdesenvolvido/desenvolvido, a modernização utiliza o par de opostos tradicional/moderno. Tanto nas “teorias” do desenvolvimento quanto nas da modernização, o estado para o qual tenderiam todas as sociedades (quer chamado de avançado ou desenvolvido, quer de moderno) toma como padrão de referência a sociedade norte-americana contemporânea, fortemente idealizada. Às supostas teorias da modernização, portanto, cabem as mesmas críticas severas dirigidas às supostas teorias do desenvolvimento: por seu evolucionismo determinista; por não respeitarem os fatos históricos na sua concretude e na sua historicidade; e por seu mal-encoberto viés político-ideológico, especialmente seu desvio ocidentalizante ou americanizante.

Esse é o quadro teórico-político que domina a cena das Ciências Sociais que Florestan Fernandes encontrou e enfrentou, dentro de um cenário que no Brasil parecia ter como matriz o que se convencionou designar “nacional desenvolvimentismo”. Florestan Fernandes parte de outras fontes. Segue as formulações do desenvolvimento desigual e combinado. Desloca o referencial analítico para além do âmbito do Estado-nação, acreditando que só se pode entender a realidade do Brasil e de países como o Brasil considerando-os como parte que são do capitalismo em sua dimensão mun-

dial. De acordo com Florestan Fernandes, só é possível explicar as diferenças internas ao sistema capitalista tomando como universo de análise o próprio sistema no seu conjunto mundo afora, com atenção especial às suas formas de expansão e de integração e com foco nas principais relações sociais que constituem o sistema. Florestan entende que sob a vigência do capitalismo monopolista há uma forma nova e específica de integração à nova expansão capitalista: integração desigual (subordinada, dependente) das regiões que àquela época passaram a ser chamadas de “subdesenvolvidas” à nova forma de expansão desigual e combinada do capitalismo. É essa forma específica de integração que Florestan analisa com o seu conceito de capitalismo dependente.

Fica claro em sua análise que as relações de exploração e de dominação que são típicas do capitalismo, na esfera mundial não são propriamente relações entre nações. O Estado-nação é um operador importante para o sistema, mas essenciais são as relações entre as classes, além dos estratos e dos agrupamentos sociais mais conjunturais. A grande burguesia transnacional comanda o processo de acumulação em escala mundial, mas não prescinde dos setores locais – setores econômicos, sociais e políticos – e os torna seus parceiros (parceiros menores e subordinados, mas parceiros). Florestan Fernandes insiste em que a participação desses setores locais é indispensável para a realização dos projetos de expansão capitalista no capitalismo dependente. Dadas as condições locais da organização social e política e dadas essas parcerias, no capitalismo dependente as relações essenciais ao capitalismo são exacerbadas. No campo econômico, elas criam sobre-apropriação e sobre-exploração capitalistas dos trabalhadores e do conjunto da população; no campo político, criam autocracia burguesa. Para ter uma ideia mais precisa do caráter novo e radical das formulações de Florestan Fernandes no seu tempo, penso que se faz necessário contextualizá-las teórica e historicamente. É neste sentido que tenho conduzido minhas pesquisas nos últimos anos, tentando apreender os quadros teóricos mais importantes das Ciências Sociais e os traços mais marcantes das conjunturas políticas, econômicas e sociais das décadas de 1950 e 1960. Com isso procuro reconhecer quais os principais interlocutores com os quais de fato Florestan dialogava e para os quais dirigia a sua crítica, e em quais condições históricas. Assim, por um caminho absolutamente não suspeitado por mim antes, novo, retomo meus estudos mais antigos sobre a ideologia e o desenvolvimento.

Em Pauta: Qual o significado do desenvolvimentismo na história da sociedade brasileira?

Miriam Limoeiro Cardoso: Penso que, para além das políticas desenvolvimentistas, talvez a importância maior do desenvolvimentismo tenha sido colocar “o desenvolvimento” como valor primeiro e como meta principal para os países que constituíam a parte pobre do mundo. Sem essa ideologia

aquelas políticas não teriam sido implantadas como foram. A importância da ideologia do desenvolvimento para os rumos que os países vieram a adotar, sob influência dela, se deve especialmente aos deslocamentos, reduções e recalques que ela opera. São cruciais os deslocamentos que promove para o econômico, que se torna o campo privilegiado de análise, de discussão e de ação, e para o futuro.

O deslocamento para o econômico é tão significativo que o econômico tende a ocupar progressivamente, ou no mínimo a interferir fortemente em todo o espaço de reflexão sobre todos os planos da vida social, subordinando-os todos. Por exemplo: o espaço do político passa a ser preponderantemente o espaço da política econômica. Esta é uma questão a meu ver fundamental, porque ela valoriza e naturaliza o crescimento econômico de tal forma que faz submergir (recalcar, deixar de lado) a reflexão propriamente política sobre a forma de sociedade que se possa desejar e que se possa pretender estabelecer; sobre as desigualdades, os conflitos e as contradições; e sobre como enfrentar e encaminhar essas questões no plano propriamente político.

A ideologia do desenvolvimento inculca tão profundamente o crescimento econômico como valor primeiro na sociedade que nesta sociedade se passa em geral a acreditar que este é “o” “seu” “destino” “promissor”, sempre deslocado para o futuro.

Uma ideologia é dominante quando é ela que define fundamentalmente o quadro dentro do qual o pensamento se move e as linhas mestras segundo as quais ele se move. Penso que a consequência imediatamente política de “o desenvolvimento” tornar-se ideologia dominante é restringir a crítica e a reflexão aos qualificativos do desenvolvimento: desenvolvimento “autônomo”, desenvolvimento “nacional”, desenvolvimento “de comunidade”, desenvolvimento “sustentável”, “novo” desenvolvimento, etc. A crença no mito do desenvolvimento desvia a reflexão crítica. Desvia-se da produção do conhecimento das relações essenciais para a organização e para a transformação desta sociedade, conhecimento esse que poderia vir a tornar-se uma contribuição relevante para as lutas pela transformação efetiva desta sociedade. Sob a ideologia do desenvolvimento, em lugar de centrar a discussão na natureza das relações sociais que constituem a sociedade, a reflexão é deslocada para o que possa impelir “o desenvolvimento” e para o que possa dificultar ou impedir “o desenvolvimento”.

O desenvolvimentismo propunha crescimento econômico acelerado, que garantiria prosperidade, para todos, no futuro. Por outro lado, propunha que o crescimento econômico seria garantia de segurança, segurança nos termos da ideologia de segurança nacional, bem conforme as concepções anti-comunistas da Guerra Fria. A vinculação profunda entre desenvolvimento e segurança fica explícita no Brasil no governo JK e posteriormente na ditadura instalada com o golpe de 1964. Desde o começo, porém, sucintamente a proposta desenvolvimentista era mudar, dentro da ordem,

para manter a ordem. Mas no discurso, a ênfase era no econômico: o objetivo (o crescimento econômico), o que faltava (capital), o que desencadearia o processo (política econômica, planejamento econômico).

Em Pauta: É possível falar de alguma permanência da ideologia do desenvolvimento na atualidade?

Miriam Limoeiro Cardoso: O desenvolvimentismo se esgotou na década de 1970. A ideologia do desenvolvimento, no entanto, persistiu e ainda persiste, embora por razões que não são mais as mesmas, sob condições historicamente diversas.

No Brasil, pelo menos desde o governo Juscelino Kubitschek, temos pensado politicamente dentro desta moldura ideológica. Há algumas diferenças importantes que cabe lembrar, sem deixar de esclarecer, no entanto, que se trata de perspectivas diferentes, sim, mas dentro do marco ideológico que se tornava dominante. Mesmo assim foram colocadas à margem do debate, da cena política, ou mesmo da vida. No plano político institucional brasileiro, algumas dessas perspectivas diferentes merecem ser mencionadas: o governo Jânio Quadros, que propunha desenvolvimento nacional, sem abrir mão da soberania nacional: foi excluído por uma “renúncia”, até o momento não estudada devidamente, e ainda não esclarecida; o governo João Goulart, que também pretendia desenvolvimento nacional e soberano, além do que concentrava toda a ênfase na necessidade imperiosa e urgente das chamadas “reformas de base”: foi deposto por um golpe de Estado, que instalou uma ditadura civil-militar que recuperou o desenvolvimentismo como ideologia e como política, com a importante diferença, com relação ao governo JK, de instaurar o terror de Estado visando eliminar, no limite fisicamente (por meio de perseguição, prisão, tortura, assassinato, “desaparecimento”), qualquer “resistência” minimamente significativa. No plano da concepção crítica encontramos alguns poucos intelectuais (acadêmicos ou militantes) e alguns poucos agrupamentos políticos à esquerda. De todo modo, somente muito poucos conseguiram perceber e expor o desenvolvimento como uma ideologia do grande capital.

As diferenças mencionadas opunham-se ao desenvolvimento tal como tinha sido posto em curso, mas não conseguiam escapar de manter o desenvolvimento como objetivo, o que demonstra a eficácia daquela ideologia. A grande diferença é que defendiam um desenvolvimento autônomo, dirigido pelo próprio país, resguardando a soberania nacional. Não se davam conta do que “o desenvolvimento” significava naquele momento para o capital.

“O desenvolvimento”, que se tornara política de Estado dos Estados Unidos, visava expandir o capitalismo como sistema pelo mundo, sistema que era integrado e que era preciso a todo custo manter bem integrado: deveria ser capaz de integrar a ele novas áreas, sempre sob a direção e o comando do grande capital que promovia esse projeto. Assim o sistema

capitalista seria fortalecido e se consolidaria a hegemonia norte-americana nesta nova expansão mundial do capitalismo. Deste modo, o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que, portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia. Diante deste significado extraordinariamente importante e estratégico, a perspectiva de um desenvolvimento autônomo constituía uma contradição e uma obstrução inaceitáveis para o capital.

É relativamente fácil fazer a crítica ao desenvolvimentismo. Insisto, porém, que é necessário ultrapassar a reflexão que alcança somente o desenvolvimentismo, para poder fazer a crítica principalmente ao “desenvolvimento” enquanto projeto político, reconhecendo que “o desenvolvimento” enquanto ideologia é um dos seus principais suportes. No caso do Brasil, como em tantos outros países, a ideologia do desenvolvimento se tornou dominante. Ao fazer-se a crítica do desenvolvimento e reconhecê-lo como ideologia é indispensável ser cuidadoso na análise, para permitir que as diferenças – que com certeza existiram e existem – apareçam, entre aqueles que defendem o desenvolvimento.

Os desenvolvimentistas típicos dos anos 1950 e 1960 identificavam desenvolvimento com crescimento econômico, apoiado na industrialização, que aceitavam como sendo de fato o caminho a seguir num país como o Brasil. Defendiam o desenvolvimento em defesa do setor industrial emergente, contra o que reconheciam como latifúndio e contra o imperialismo. Particularmente esta última é uma suposição difícil de sustentar tendo em vista que a industrialização se fazia por meio de grandes corporações multinacionais e recorrendo a vultosos financiamentos e empréstimos internacionais.

Considerando uma extensa produção recente crítica à “modernização”, tem-se acesso a um conjunto expressivo de estudos e de dados que permitem configurar o desenvolvimento sob outro ponto de vista que não apenas o de países que adotaram o desenvolvimentismo como política, o que é muito importante para entender melhor o nosso desenvolvimento. Penso que as duas perspectivas devem ser conjugadas, para que se possa chegar a uma compreensão mais abrangente, mais complexa e mais crítica do desenvolvimento.

Da perspectiva das regiões do mundo que no seu passado foram incorporadas à expansão capitalista como colônias, o que fomos habituados a chamar de “desenvolvimento” surgiu como uma proposta (ou uma promessa) de impulsão acelerada para um futuro de prosperidade para todos nessas sociedades, o que, de um lado, viria a colocá-las numa posição de destaque no cenário internacional, e de outro lado, seria uma garantia de que nelas fosse construída uma barreira sólida contra o comunismo.

Da perspectiva da potência hegemônica da expansão capitalista a partir da segunda Guerra Mundial, o projeto político-econômico do desenvolvimento, que tem vigência desde aquela guerra até meados dos anos

1970, é engendrado como um substituto novo, moderno, do colonialismo, num momento marcado pela descolonização, em que as guerras pela independência contra as antigas metrópoles coloniais colocavam em xeque o regime anterior, criando grande tensão política. Esta situação cobrava uma resposta nova por parte dos novos setores hegemônicos do capitalismo. Trata-se, pois, de um segundo momento de expansão mundial (pós-colonialismo), em que a política do “desenvolvimento”, fortemente ancorada na inculcação da ideologia do desenvolvimento nas nações que aceitaram aderir àquela política, promove a aplicação mais altamente rentável possível do capital então disponível, que precisava de novos mercados, não apenas para consumo de bens produzidos nos polos dinâmicos do capitalismo, mas agora também em busca da implantação da própria produção em bases capitalistas em áreas externas àqueles polos. A expansão assim promovida, fruto da política do desenvolvimento, não se restringe, portanto, ao campo da circulação internacional de mercadorias.

O mais significativo naquele momento é a exportação do capital como tal, com a instalação da própria produção industrial em novas áreas, implantação a ser feita de acordo com o modo americano de desenvolvimento capitalista, e contando com os maiores incentivos e facilidades por parte dos governos locais que se tornem “desenvolvimentistas”. A esta nova expansão, já sob a hegemonia dos Estados Unidos, são incorporados Estados-nação politicamente independentes no plano formal. O projeto econômico-político do desenvolvimento não se concretiza a não ser por meio desses Estados-nação, portanto sob a direção local das lideranças políticas institucionalizadas em cada um deles. Este desenvolvimento aproxima e ajusta os setores econômicos dominantes da grande burguesia internacional – detentora dos recursos aplicados para promover “o desenvolvimento”, que afinal reverteria como ampliação da acumulação para esta burguesia mesma – com os setores econômicos dominantes locais, penetrando deste modo localmente pela criação destas parcerias de novo tipo.

As supostas teorias da modernização apresentam o desenvolvimento, que denominam modernização, como o processo de constituição do “moderno”, considerando que o moderno seria o destino “natural” da civilização, identificando a civilização com o capitalismo e o moderno com uma visão idealizada da sociedade norte-americana da época. Assim, pode parecer que essas supostas teorias sejam uma espécie de antecipação do dogma neoliberal de que “não há alternativa”. No entanto, buscando uma análise mais precisa historicamente, penso que o dogma TINA (“*there is no alternative*”), ele sim, é uma atualização da modernização, a qual por sua vez pretendeu atualizar a velha e desgastada noção evolucionista de progresso.

Para a produção e a reprodução do desenvolvimento como ideologia dominante contribuíram, e continuam a contribuir, de maneira decisiva, a Universidade e os acadêmicos, especialmente das Ciências Sociais, teóricas

e aplicadas, consideradas de forma abrangente, o que inclui desde a Economia, a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, a História, a Psicologia Social, o Serviço Social.

Também de forma decisiva, contribuíram e continuam a contribuir as empresas de comunicação, que se adquiriu o hábito de chamar genericamente de “mídia”, o que mais do que camuflar esconde os interesses específicos a que são vinculadas. Algumas dessas empresas vieram a se constituir como grandes corporações, cujos investimentos específicos em meios de comunicação englobam emissoras de rádio, de televisão, jornais, revistas, portais de internet, produtoras de filmes, editoras, etc.

Com o uso que fazem do poder que detêm, com suas pautas e sua programação definidas por critérios mercantis, mas mantendo sempre a preo-cupação com a produção, a difusão e a intervenção politico-ideológica, não apenas influenciam a formação de opinião, mas chegam mesmo a conformar, a moldar a opinião dita pública.

As empresas de comunicação contam com a importante participação de intelectuais provenientes do meio acadêmico, científico ou de instituições de pesquisa e consultoria, que a este título são apresentados como “especialistas”. Mas eles não participam dos meios de comunicação de massa enquanto cientistas, não é ciência o que fazem ali. Na verdade, com sua participação se dispõem a prestar um inestimável serviço ideológico: contribuir para moldar e reforçar a *doxa* intelectual, visando conferir-lhe certa aura pretensamente científica ou alguma autoridade intelectual, oferecendo um saber sob medida.

É imenso o poder de que dispõem as empresas e as corporações de comunicação. São parte constitutiva de grandes interesses econômicos, políticos e ideológicos, os quais representam de forma ativa. No capitalismo atual os meios de comunicação são de fato armas de desinformação em massa.